ERICOFIRMO@OPOVO.COM.BR

ÉRICO FIRMO

ESTA COLUNA É PUBLICADA NA TERÇA E QUINTA

VOTO DA BANCADA CEARENSE FOI VITÓRIA PARA BOLSONARO

A bancada federal do Ceará repetiu os votos do primeiro turno e seguiu rachada ao meio no segundo turno da reforma da Previdência. A divisão é uma vitória da base de Jair Bolsonaro (PSL). O Ceará é um estado de forte inclinação oposicionista. De maciça votação contra o presidente. E tem realidade complexa como talvez nenhum outro. Além de um governador do PT, tem forte influência do PDT. Nessa realidade, Bolsonaro ter metade dos votos é uma vitória. (A rigor, foram 11 a favor e 10 contra. Mas, José Guimarães, ausente para tratamento médico, é veementemente contra).

A OPOSIÇÃO A BOLSONARO NA BANCADA CEARENSE

Os votos contra foram das bancadas do PDT, PT e PSB - todos partidos que tiraram posição contra - além de Célio Studart (PV) e Capitão Wagner (Pros). Ao mesmo tempo, começa a se configurar uma ala de inclinação pró-Bolsonaro na bancada cearense.

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

CEARENSES se dividiram ao meio na votação da reforma da Previdência

OS VOTOS PRÓ-REFORMA NO CEARÁ

Na eleição, o único deputado federal bolsonarista puro sangue no Ceará era Heitor Freire (PSL). Hoje, ganhou a companhia no governismo de Aníbal Gomes (DEM), Dr. Jaziel (PL), Genecias Noronha (SD), Júnior Mano (PL), Moses Rodrigues (MDB), Roberto Pessoa (PSDB) e Vaidon Oliveira (Pros). Pragmático, o coordenador da bancada Domingos Neto (PSD) é outra aquisição da base governista. Outro posicionamento que chama atenção é de Pedro Augusto Bezerra (PTB), filho do prefeito de Juazeiro do Norte, Arnon Bezerra (PTB).

E há AJ Albuquerque (PP), filho do ex-presidente da Assembleia Legislativa, Zezinho Albuquerque (PDT). O pai é secretário de Camilo Santana (PT) e articulador de confiança do grupo Ferreira Gomes, que atua com energia na oposição à reforma. O filho votou pelas mudanças previdenciárias.

Aliás, é bastante evidente que metade da bancada do Ceará não estaria com o governo Bolsonaro não fosse a atuação nesse sentido do governador Camilo. A despeito de não ter levado para o lado da reforma justamente os parlamentares mais próximos a ele, que são de PT e PDT. Em parte pela posição nacional das duas legendas. De modo que o único camilista mais convicto a ter votado com o governo Bolsonaro foi mesmo AJ Albuquerque.

TASSO DEVERÁ USAR ESTRATÉGIA DE LULA NA PREVIDÊNCIA

No Senado, Tasso Jereissati (PSDB) terá protagonismo na tramitação da reforma. Uma definição já há: a articulação pró-reforma trabalhará para aprovar o texto sem mudanças. Se houver alteração, ele precisará voltar para a Câmara dos Deputados. E as mudanças vão demorar ainda mais para entrar em vigor.

Por outro lado, há pelo menos uma grande alteração que já está sinalizada pelos senadores: a inclusão de estados e municípios. Não é pouca coisa. Pelo contrário, atingirá a maior parte do serviço público brasileiro.

Mas, como fará isso sem mexer no texto da Câmara? A receita foi ensinada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O segredo chama-se PEC paralela. Os senadores aprovam o texto da Câmara tal como chegar. Sem mudanças, ele é promulgado e entra em vigor. Porém, os senadores apresentam uma outra proposta de emenda à Constituição (PEC), com as mudanças que pretendem fazer - no caso, a entrada de estados e municípios.

Essa PEC paralela precisa passar pela Câmara. Leva mais tempo. Todavia, enquanto isso, as mudanças já aprovadas estarão em vigor.

Esse estratagema foi adotado pela base governista de Lula na reforma de 2003.

Conselho vota parecer dia 20; deputados acreditam em punição branda

| CASO ANDRÉ FERNANDES |

O teor do parecer do ouvidor do Conselho de Ética, deputado Romeu Aldigueri (PDT), ainda é desconhecido, mas deputados ouvidos reservadamente por **O POVO**, inclusive da Mesa Diretora, acreditam que ele deve pedir a admissibilidade das denúncias de PDT e PSDB contra André Fernandes (PSL). O presidente do Conselho, Antonio Granja (PDT), marcou reunião que votará o relatório para o próximo dia 20, às 17 horas.

> É quando o prazo estipulado pelo Código de Ética, de seis sessões ordinárias, chega ao fim. Fernandes será notificado hoje e, na votação, poderá apresentar defesa oral ou escrita. Se os seis membros titulares votarem de acordo com o parecer - pressupõe não ser o texto de Aldigueri é um voto -, será formado uma subcomissão de três membros, que julgará uma punição

A cassação do mandato é uma hipótese que os parlamentares consideram descartada. O pedido de desculpas de Fernandes no dia 4 de julho, na tribuna, além do recesso parlamentar, seriam componentes suficientes para amenizar a temperatura - considerada alta - que se instalou na Assembleia. Sobram duas punições, então: censura verbal ou escrita e suspensão temporária do mandato.

Há ainda a possibilidade de o relatório de Aldigueri indicar o arquivamento das denúncias apresentadas por PDT e PSDB contra o pessedista. Assim descartam a cassação, a possibilidade de o parecer pedir arquivamento também é descartada por parlamentares.

Enquanto a votação não chega, Nezinho Farias (PDT) conversa com atores envolvidos direta e indiretamente no caso. **O POVO** apurou que o desejo dele é de que o mandato do bolsonarista seja cassado. Embora não seja membro do Conselho, a influência de José Sarto (PDT), presidente da Casa, foi buscada. Nezinho estava na Comissão de Viação e Transporte, a qual preside, quando ligou ontem para o correligionário. Às 14h21min, estava no gabinete da presidência. Saiu após aproximados 15 minutos.

O POVO apurou que os rumos que ele deseja para o caso foram conversados. O pensamento de Nezinho, segundo fonte próxima, é de que se a punição resumir-se somente a uma das censuras, por exemplo, é melhor que nem exista.

Alegando transparência, Aldigueri havia cogitado pedir a abertura da votação do dia 20. O Código de Ética diz que a reunião deve ser secreta. Questionado sobre isso via WhatsApp, Granja escreveu: "a reunião será secreta."

O POVO tentou ter acesso ao parecer de Aldigueri no gabinete do deputado, no de Granja e na sala do Conselho de Ética. Todos negaram. "Não darei ciência do meu parecer a ninguém. Vou cumprir à risca a lei", respondeu o ouvidor. Em 2003, o então deputado e ouvidor Ivo Gomes distribuiu à imprensa cópias do parecer sobre Sergio Benevides antes da votação.

RELEMBRE

Em julho, sem citar nomes, André Fernandes disse receber denúncias diárias sobre envolvimento de colegas parlamentares com facções criminosas. Depois, em notícia de fato ao Ministério Público do Ceará (MPCE), apontou que Nezinho Farias (PDT) seria agente fortalecedor do Primeiro Comando da Capital (PCC) na Casa, em virtude de projeto de lei sobre jogos virtuais que apresentara. A denúncia foi arquivada pelo MPCE

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA - 1º EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PROCEDENTE, Sr. Domingos Sassione, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, [illegible] não foi localizado no Município de Barbalha nos dias 06, 07 e 08 de agosto do corrente ano. Ao ensejo do mesmo, [illegible] Barbalha, 06 FEVEREIRO DE DEZENOVE. Para que, no futuro, não haja alegação de desconhecimento do ato, o Presidente da Comissão Processante, Sr. Domingos Sassione, no uso de suas atribuições constitucionais e legais